



## Projeto de Resolução n.º 877/XIII

### Pela criação de um Museu Nacional da Emigração

Portugal precisa de ter um Museu Nacional da Emigração, que espelhe uma parte essencial da nossa identidade e história coletiva, que foi sendo construída ao longo de séculos através de um legado humano rico e variado, disperso por todos os continentes na cultura, no património e na Língua. O legado português merece ser conhecido de todos, através dos milhares de factos e histórias de emigração protagonizados por sucessivas gerações de emigrantes.

Tanto se lhe pode chamar expansão marítima ou emigração forçada por razões económicas, missões de Estado ou espírito de aventura. A verdade é que, a partir do momento que um cidadão deixa o seu país, há um novo mundo que o espera, com regras e contextos culturais diferentes.

De uma maneira geral, a emigração portuguesa caracteriza-se por uma extraordinária capacidade de adaptação nos quatro cantos do mundo, das zonas desérticas aos lugares mais frios, onde os portugueses foram deixando a sua marca material e imaterial na História das nações, não obstante as dificuldades, obstáculos e contrariedades que encontraram pelo caminho.

Existem inúmeras evidências dispersas em documentos e outros materiais das múltiplas expressões da emigração portuguesa ao longo dos séculos, que foi variando consoante os contextos económicos, sociais e políticos. Durante todo o século XX, registaram-se dois movimentos migratórios bem definidos. Um, na primeira metade do século, que foi uma emigração transoceânica, dirigida essencialmente para a América, primeiro para o Brasil e os Estados Unidos e, mais tarde, para o Canadá. O outro, na segunda metade do século XX, foi sobretudo para a Europa, após a Segunda Grande Guerra e dirigiu-se acima de tudo para França e para a Alemanha, ambas com características muito distintas, no âmbito do forte desenvolvimento industrial da Europa ocidental. Mas tanto num caso como noutro, a ditadura exerceu sempre o seu controlo sobre a vida de cada um dos emigrantes e da emigração em geral, combatendo-a com os seus meios de repressão e propaganda, condicionando-a, negando-a e utilizando-a em proveito do regime. E, após os anos 60 e 70, a emigração portuguesa continuou para países como o Luxemburgo, a Suíça, o Reino Unido e outros, sempre obrigada pela ditadura a processar-se de forma irregular e com os riscos inerentes a essa circunstância, mas que nem por isso deixou de ter uma



influência considerável no desenvolvimento económico, cultural e político desses países.

Não basta evocar a proeza de um povo que deu novos mundos ao mundo e exaltar constantemente o nosso universalismo. Temos também de olhar de frente aquilo que representa a nossa emigração e assumi-la na sua integralidade, particularmente os períodos mais difíceis e traumáticos, como ocorreu nos anos 60 e 70 para França, em que cerca de três quartos dos emigrantes deixaram o país clandestinamente.

É importante conhecer como se caracterizou a emigração portuguesa nas suas várias facetas, na sua dimensão cultural e humana, no seu valor económico, na sua importância política e diplomática, mas também nos seus aspetos menos positivos e mais complexos.

É também paradoxal que a emigração portuguesa esteja retratada em grandes museus na França, Alemanha ou Suíça e noutros países, e que em Portugal apenas esteja presente em algum museu municipal, com as limitações que isso representa em termos de sustentabilidade, desenvolvimento e dimensão, uma vez que, por maior que seja a boa vontade e a qualidade dos seus espólios, não chega para exprimir a importância e o impacto das migrações portuguesas.

A criação de um Museu Nacional da Emigração, abarcando de forma o mais abrangente possível todos os períodos migratórios, deve ter como objetivo estratégico dignificar e valorizar os portugueses de todas as épocas e gerações que deixaram o país, independentemente das razões por que o fizeram.

Um Museu Nacional da Emigração terá de ter tudo aquilo que de mais positivo caracteriza o fenómeno migratório português nas suas múltiplas vertentes, ser dinâmico, criativo e um lugar de reflexão, dotado dos recursos adequados para a sua sustentabilidade e contribuir para o reconhecimento da importância da emigração portuguesa. Com efeito, compreender a emigração portuguesa significa também compreender as dinâmicas económicas, sociais e políticas que em diferentes épocas geraram fenómenos migratórios tão expressivos.

A história da nossa emigração em França, Brasil, Luxemburgo, Canadá, Suíça, Venezuela, Alemanha, Estados Unidos, para a Ásia e para África, em perto de 140 países do mundo, está cheia de episódios e histórias de vida de grande interesse, que é, de facto, incompreensível não poderem ser conhecidos. A criação de cidades, como Sacramento, no Uruguai, as centenas de palavras deixadas na língua Bahasa da Indonésia, o património ao longo de toda a costa africana, a fundação de reinos na Malásia e tantos outros vestígios da presença portuguesa no mundo merecem não cair do esquecimento.



Além disso, seria certamente um polo de atração cultural e turística da maior importância. Basta pensar nos vários milhões de portugueses espalhados pelo mundo e todos os seus descendentes, os seus amigos e conhecidos, todos os interessados em conhecer uma das facetas estruturantes da identidade do povo e da nação portuguesa.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do art.º 156º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que desenvolva os estudos e articule uma estratégia integrada entre os serviços do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais que conduza à promoção da criação de um Museu Nacional da Emigração.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2017,

Os Deputados do Partido Socialista

(Paulo Pisco)